



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
CNPJ nº 07.685.694/0001-97

RESULTADOS 2025

Senhores Cotistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores cotistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Rio de Janeiro, 19 de março de 2026. A Diretoria

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo		2025			2024		
Receita Líquida (RL)		1.768.508			1.153.324		
Resultado operacional (RO)		(94.552)			(173.521)		
Folha de pagamento bruta (FPB)		15.363			25.500		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		894	5,82%	0,05%	1.412	5,54%	0,12%
Encargos sociais compulsórios		2.279	14,83%	0,13%	4.361	17,10%	0,38%
Previdência privada		437	2,84%	0,02%	384	1,51%	0,03%
Saúde		531	3,46%	0,03%	715	2,80%	0,06%
Segurança e saúde no trabalho		171	1,11%	0,01%	165	0,65%	0,01%
Educação		-	0,00%	0,00%	15	0,06%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		84	0,55%	0,00%	46	0,18%	0,00%
Creches ou auxílio-creche		28	0,18%	0,00%	28	0,11%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		1.098	7,15%	0,06%	4.529	17,76%	0,39%
Outros		180	1,17%	0,01%	233	0,91%	0,02%
Total - Indicadores sociais internos		5.702	37,11%	0,31%	11.888	46,62%	1,01%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação		42	-0,04%	0,00%	1.230	-0,71%	0,11%
Cultura		95	-0,10%	0,01%	127	-0,07%	0,01%
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros		11	-0,01%	0,00%	199	-0,11%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade		148	-0,15%	0,01%	1.556	-0,89%	0,14%
Tributos (excluídos encargos sociais)		(20.874)	22,08%	-1,18%	(52.011)	29,97%	-4,51%
Total - Indicadores sociais externos		(20.726)	21,93%	-1,17%	(50.455)	29,08%	-4,37%
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%				
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período		41			46		
Nº de admissões durante o período		3			41		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		10			14		
Nº de estagiários(as)		-			3		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		1			1		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		16			20		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		50,00%			50,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		14			16		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		50,00%			50,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		-			-		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		24,7			24,7		
Número total de acidentes de trabalho		-			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar a OIT
A previdência privada contempla:		(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:		(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não serão considerados	() serão considerados	(X) serão exigidos	() não serão considerados	(X) serão considerados	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa	no Procon	na empresa	na empresa	no Procon	na empresa
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2025:	-53.056	Em 2024:	-121.169		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		35% governo	-31% colaboradores(as)	0% acionistas	38% governo	-21% colaboradores(as)	0% acionistas
		118% retido	-22% terceiros	118% retido	13% terceiros	95% retido	
7 - Outras Informações		2025			2024		
7) Investimentos sociais		-			-		
7.1 - Programa Luz para Todos		-			-		
7.1.1 - Investimento da União		-			-		
7.1.2 - Investimento do Estado		-			-		
7.1.3 - Investimento do Município		-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária		-			-		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		-			-		
7.2 - Programa de eficiência Energética		-			-		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		-			-		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		-			-		

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	57.304	2.163
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	66.793	94.987
Clientes	5	221.571	156.968
Tributos a recuperar	6	13.119	11.755
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	2.675	31.009
Outros créditos	7	483	3.035
Total do circulante		361.945	299.917
Não circulante			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	8.825	7.916
Depósitos e cauções vinculados		47	47
Créditos tributários	8	60.149	28.407
Tributos a recuperar	6	22.517	7.368
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	18.422	35.718
Total do não circulante		109.960	79.456
Intangível			
Intangível		142	187
Total do não circulante		118.972	88.477
Total do ativo		480.917	388.394
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por quota)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	15	1.768.508	1.153.324
Custo da energia elétrica vendida	16	(1.770.237)	(1.101.092)
Lucro bruto		(1.729)	52.232
Despesas com vendas	16	(2.170)	(3.699)
Despesas gerais e administrativas	16	(29.866)	(45.545)
Despesas/Receitas Operacionais	17	(62.151)	(169.559)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(95.916)	(166.571)
Receitas financeiras	18	13.105	8.466
Despesas financeiras	18	(11.741)	(15.416)
Despesas financeiras líquidas		1.364	(6.950)
Prejuízo antes dos impostos		(94.552)	(173.521)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(3.362)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	31.745	62.260
Prejuízo do exercício	19	(62.807)	(114.623)
Prejuízo básico e diluído por quota - R\$	19	(0,44)	(7,17)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de distribuição de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		5.119	330	37.746	111	-	153	-	43.459
Aumento de capital conforme RSQ de 29/04/2024	14.1	16.314	-	(16.314)	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme CS de 30/09/2024	14.1	80.000	-	-	-	-	-	(80.000)	-
Programa de remuneração variável (LLP)	14.2	-	114	-	-	-	-	-	114
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(114.623)	-	-	(114.623)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	87.000	-	87.000
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	48	-	48
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.5	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.5	-	-	-	-	-	(16)	-	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		101.433	444	21.432	111	(114.623)	185	7.000	15.982
Aumento de capital conf. RSQ de 31/03/2025	14.1	7.491	48.623	-	-	-	-	(7.000)	49.114
Programa de remuneração variável (LLP)	14.2	-	673	-	-	-	-	-	673
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(62.807)	-	-	(62.807)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	-	-	-	25.000	-	25.000
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos		-	-	-	-	-	3	-	3
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.4	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	14.4	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		108.924	49.740	21.432	111	(177.430)	187	25.000	27.964
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		-	(62.807)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	(31.745)	(58.898)
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas	16	(13.762)	21.487
Depreciação e amortização		979	378
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	16	76	35
Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia	17	68.486	199.480
Provisões possíveis para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	13	732	-
Marcação a mercado da dívida	18	265	(5)
Marcação a mercado de derivativos	18	(2.685)	5
Instrumentos financeiros derivativos	18	14.805	(14.733)
Pagamento baseado em ações	9	673	114
Redução (aumento) dos ativos		(43.103)	18.508
Clientes		(64.679)	(63.355)
Tributos a recuperar		(14.059)	(9.276)
Cauções e depósitos vinculados		72	(47)
Outros créditos		2.552	405
Aumento (redução) dos passivos		60.364	72.257
Fornecedores		5.944	(8.860)
Impostos e contribuições sociais		(7.646)	(10.675)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		(560)	-
Obrigações estimadas		(102)	355
Adiantamento de clientes		(80)	4.300
Outras contas a pagar		74	164
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(43.103)	18.508
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		37.591	(29.037)
Aplicações no imobilizado e intangível		(970)	(7.568)
Alienação de bens do imobilizado e intangível		-	151
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		36.621	(36.454)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	11	85.000	71.000
Pagamentos de empréstimos - principal	11	(36.086)	(121.342)
Pagamentos de empréstimos - juros	11	(5.265)	(4.701)
Partes relacionadas		(702)	(722)
Recebimento (Pagamento) pela liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(6.797)	2.293
Pagamento de dividendos		-	(8.499)
Pagamento arrendamento mercantil		(18)	(12)
Aumento de capital com subscrição de ações		491	-
Recursos destinados a aumento de capital		25.000	80.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		61.623	18.017
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa		55.141	71
Caixa e equivalentes de caixa iniciais		2.163	

>>>



ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
CNPJ nº 07.685.694/0001-97

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Comercializadora de Energia Ltda., ("Empresa" ou "Comercializadora") é uma empresa integrante do GRUPO ENERGISA que tem por objetivo a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica. A Empresa possui sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS - Accounting Standards" emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa. A emissão das demonstrações financeiras da Empresa, foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Empresa pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 21. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 5 - Clientes: receita não faturada e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos; III. Nota explicativa nº 13 - Provisões para riscos civis: estimativa de perda em processos; IV. Nota explicativa nº 16 - Custo e despesas operacionais: provisão de avaliação de clientes; operação de compra e venda de energia elétrica comprada para revenda; V. Nota explicativa nº 17 - Outras receitas (despesas) operacionais; mensuração do valor justo; VI. Nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; VII. Nota explicativa nº 22 - Benefícios-pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego. **2.4 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Empresa. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Empresa atua somente no segmento de comercialização de energia elétrica e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Práticas materiais: a) Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de curta duração em um montante com baixo risco de perda e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b) Clientes** - inclui a venda de energia elétrica a consumidores livres e no mercado de curto prazo que estão suportados por contratos de compra e venda e os montantes não faturados até o encerramento do balanço, são contabilizados com base no regime de competência; A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPLELD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **c) Tributos a recuperar** - referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável; **d) Transações com partes relacionadas - Remuneração dos administradores:** A remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) - Divulgações de Partes Relacionadas; **e) Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Empresa tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício; **f) Redução a valor recuperável. Ativo não financeiro:** A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução a valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é reconhecida para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável; **g) Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício; **h) Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para riscos estão por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis; **i) Operações de compra e venda de energia** - a Empresa tem como atividade principal a compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL), além disso, trabalha com a representação e gestão de consumidores livres de energia. Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a Empresa assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo a IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mer-

cados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de lucro no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no exercício de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. A Empresa não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício; **j) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/entregos incorridos até a data do balanço; **k) Distribuição de lucros** - A Empresa tem como prática comum a apuração de lucro no exercício fazer distribuição de no mínimo 25% do lucro alinhado com o Art. 202 da Lei 6.404/76; **l) Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho dentro do contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos contratos de fornecimento. A Empresa poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD; **m) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros** - Reconhecimento inicial: mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado como mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros "sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais são transferidos para o comprador. Os ativos financeiros são reconhecidos no reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida, são avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em OI. O reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, o motivo de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, se o ativo financeiro não tiver características que possam mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes aos ativos financeiros e suas expectativas sobre vendas futuras, são também, as seguintes notas explicativas: Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 23; Clientes - Nota explicativa nº 5; e Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco - Nota explicativa nº 21. A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados à uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa de venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Passivos financeiros:** São mensurados, substancial-

mente, ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Determinados instrumentos denominados em moeda estrangeira são atualizados pela variação cambial e, quando aplicável, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Em 2025, compreendem empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de "hedge" em um "hedge" efetivo, conforme apropriado. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não possui passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais mensurações a valor justo referem-se aos instrumentos financeiros derivativos vinculados às dívidas em moeda estrangeira, enquanto os empréstimos e financiamentos permanecem classificados ao custo amortizado.
Passivos financeiros ao custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou extinta. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os instrumentos financeiros reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. Também compõem os instrumentos financeiros derivativos os contratos de compra e venda de energia. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de "hedge" de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. A Empresa tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valores. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando a redução de riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Empresa designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Empresa documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Empresa e documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge" e reconhecido em um instrumento de "hedge". A nota explicativa nº 21, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de "hedge", do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de de "hedge" (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de "hedge" e como determinar o índice de "hedge"). Um relacionamento de "hedge" se qualifica para contabilidade de "hedge" se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: - Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de "hedge"; - O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; - O índice de "hedge" da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de "hedge" que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os "hedges" que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de "hedge" são registrados conforme descrito abaixo: **"Hedges" de valor justo:** a mudança no valor justo de um instrumento de "hedge" é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de "hedge" atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para "hedges" de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do "hedge", utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser incluída assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de "hedge" for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado. **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 21, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente; **n) Benefícios pós-emprego** - A Empresa oferece aos seus colaboradores plano de benefício previdenciário na modalidade contribuição definida, prêmio de aposentadoria e plano de saúde. No Plano de Previdência na modalidade Contribuição Definida, o plano CD, a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. Os outros benefícios pós emprego (saúde e prêmio de aposentadoria), são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados a serem realizados pela Companhia e suas controladas. A avaliação atuarial desses benefícios é realizada anualmente, pelo método crédito unitário projetado. Os custos do serviço corrente e do serviço passado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido; **o) Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/ CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte complementar às demonstrações financeiras. **3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board:** (i) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025:**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionada à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (IC02e). Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

>>>



>>>



ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
CNPJ nº 07.685.694/0001-97

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024		Pagamento		Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2025
	Captação	de Principal	de Juros				
Moeda Nacional							
Pós Fixado							
IPCA	5.872	-	(6.136)	-	264	-	-
Total moeda nacional	5.872	-	(6.136)	-	264	-	-
Moeda Estrangeira							
Dólar	82.686	85.000	(29.950)	(5.265)	(3.020)	-	129.451
Marcação a mercado	(770)	-	-	-	-	265	(505)
Total ao valor justo	81.916	85.000	(29.950)	(5.265)	(3.020)	265	128.946
Total	87.788	85.000	(36.086)	(5.265)	(2.756)	265	128.946
Circulante	40.306						43.423
Não circulante	47.482						85.523

	Saldos em 2023		Pagamento		Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
	Captação	de Principal	de Juros				
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
IPCA	71.777	-	(66.307)	-	402	-	5.872
Total do custo	71.777	-	(66.307)	-	402	-	5.872
Mensuradas ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	49.229	71.000	(55.035)	(4.701)	22.193	-	82.686
Marcação a mercado	(765)	-	-	-	-	(5)	(770)
Total ao valor justo	48.464	71.000	(55.035)	(4.701)	22.193	(5)	81.916
Total	120.241	71.000	(121.342)	(4.701)	22.595	(5)	87.788
Circulante	107.472						40.306
Não circulante	12.769						47.482

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa/Operação	Total		Encargos		Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Venci-mento principal	Amorti-zação do principal	(Taxa efeti-va de juros) (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efeti-va de SWAP (% a.a.) ⁽²⁾	Ga-ran-tias ⁽³⁾	Cove-nants
	2025	2024	Financeiros Anuais	Anuais							
XP Comercializadora LP01-2024 ⁽⁵⁾	-	5.872	IPCA + 0,00%	-	jan/25	fev/24	4,26%	-	-	-	N/A
Total em Moeda Nacional	-	5.872									
BBM - LOAN AGREEMENT Nº 56889	43.271	48.688	USD + 5,06%	CDI + 1,42%	mai/26	Final	(6,08%)	15,74%	SG		
BBM LOAN AGREEMENT Nº 57777	-	33.998	USD + 4,54%	CDI + 0,95%	set/25	Final	(6,60%)	15,27%	SG		
BOCOM BBM LOAN Nº 58172	50.793	-	USD + 3,80%	CDI + 1,15%	set/28	Final	(7,34%)	15,47%	A	N/A	
BOCOM BBM LOAN Nº 58394	35.387	-	USD + 3,45%	CDI + 0,60%	dez/27	Final	(7,69%)	14,92%	F	N/A	
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(505)	(770)									
Total em Moeda Nacional	128.946	81.916									
Total	128.946	87.788									

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 21. (2) A = Aval Energisa, SG = Sem Garantia. (3) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 21). (4) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 21). (5) Refere-se a adiantamentos do contrato de compra e venda de energia, sem previsão de entrega física, cuja essência da operação se equipara a um instrumento de dívida.

Moeda/indicadores	2025	2024
US\$ x R\$	(11,14%)	27,90%
IPCA	4,26%	4,83%
CDI	14,32%	10,88%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025	2024
2027	34.736	
2028	50.787	
Total	85.523	

A Empresa tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	4.562	3.807
Encargos Sociais	460	1.634
Contribuições ao PIS e a COFINS - corrente e diferido	-	1.034
Imposto de Renda Retido na Fonte a recolher - IRRF	336	472
Outros	88	203
Total	5.446	7.150
Circulante	5.062	6.755
Não circulante	384	395

(1) Refere-se a ICMS próprio incidente sobre energia elétrica comercializada com consumidores livres sediados no estado do Rio de Janeiro e ICMS ST (substituição tributária) cobrado dos consumidores livres estabelecidos em outros estados, a ser recolhido pela Empresa para os estados onde se localizam os estabelecimentos dos clientes, conforme legislação.

13. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS

A Empresa é parte em ações judiciais e processos em andamento em tribunais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível. **13.1 Perdas Prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Empresa. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Empresa e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Segue demonstrativo da demonstração das provisões:

Cível	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023 - não circulante	83	80
Provisões e reversões líquidas	732	-
Pagamentos	(560)	-
Atualização Monetária	72	3
Saldo em 2025 e 2024 - não circulante	327	83

13.2 Perdas Possíveis: A Empresa possui processos de natureza cível em andamento, na condição de réu, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo da movimentação causas com perdas possíveis:

Cível	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	4.726	4.502
Mudança prognóstico/ valor pedido ⁽¹⁾	(4.719)	-
Atualização Monetária	-	224
Saldo em 2025 e 2024	7	4.726

(1) Reversão registrada após alteração do prognóstico de possível para provável em processo relacionado a contrato de venda de energia. **Cíveis:** Os processos cíveis discutem questões envolvendo indenizações por danos morais/materiais e contrato de prestação de serviços.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$108.924 (R\$101.433 em 2024) e está representado por 157.546.832 (101.432.694 em 2024) quotas com valor nominal de R\$1. Em Reunião dos Sócios realizada em 31 de março de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$56.114 mediante a emissão de 56.114.138 novas quotas, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$1,00 por quota, sendo certo que: (a) o montante de R\$7.491 correspondente a R\$0,13498281662992 por cada nova ação será destinado ao capital social da Sociedade; e (b) a quantia excedente, no valor total de R\$48.623, correspondente a R\$0,866501718337008 por cada nova quota será destinado à reserva de capital da Sociedade. As novas quotas ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela sócia Energisa S.A., mediante capitalização do valor de (i) R\$7.000 disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, e (ii) R\$49.114 disponível do saldo do contrato de mútuo concedido pela sócia subscritora à Sociedade em Junho de 2020; tudo conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Sociedade. O capital social da Sociedade passa de R\$101.433 para R\$108.924. **14.2 Reserva de Capital:** Em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$1.117 (R\$444 em 2024) refere-se ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), vide nota explicativa nº 9. **14.3 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** O saldo da reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$21.432 (R\$21.432 em 2024), com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **14.4 Outros resultados abrangentes:** Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
Saldo inicial - 2024 e 2023	185	153
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	3	48
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(1)	(16)
Saldo final - 2025 e 2024	187	185

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receita Operacional Bruta		
Venda de energia elétrica - Mercado Livre	1.959.020	1.283.979
Suprimento Energia	627	96
Serviços prestados	4.750	4.217
Total receita operacional bruta	1.964.397	1.288.292
Deduções à receita operacional		
ICMS	(16.052)	(17.234)
PIS	(32.038)	(20.966)
COFINS	(147.569)	(96.572)
ISS	(230)	(196)
Total das deduções à receita operacional	(195.889)	(134.968)
Receita operacional líquida	1.768.508	1.153.324

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza dos Gastos	Custos com Energia Elétrica Vendida		Despesa Despesas Gerais e Administrativas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Energia Elétrica comprada para revenda	1.770.237	-	-	-	1.770.237	1.101.092
Pessoal e administradores	-	1.745	16.663	18.408	30.452	30.452
Programa de remuneração variável (LLP)	-	-	673	673	114	114
Benefícios pós-emprego	-	-	3	436	377	377
Material	-	-	15	15	38	38
Serviços de terceiro	-	346	8.802	9.148	9.496	9.496
Depreciação e amortização	-	-	979	979	378	378
Reversão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPCLD)	-	-	76	-	76	35
Provisões possíveis para riscos cíveis	-	-	732	732	-	-
Outras	-	-	1.569	1.569	8.354	8.354
	1.770.237	2.170	29.866	1.802.273	1.150.336	1.150.336

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia: A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de perda de R\$68.486 (ganho de R\$199.480 em 2024), líquido de impostos, foi reconhecida no resultado, conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	(193.622)	146.195
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	125.136	(345.675)
(-) Tributação PIS e Cofins	6.335	17.286
Outros	-	12.635
Total	(62.151)	(169.559)

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2025.

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	10.306	7.452
Juros Selic s/impostos a recuperar	2.454	346
Tributos s/receita financeira	(639)	(413)
Atualização monetária de depósitos judiciais	72	3
Outras receitas financeiras	912	1.078
Total receita financeira	13.105	8.466
Encargos de dívidas - juros	(5.459)	(4.729)
Varição monetária e cambial	8.215	(17.866)
Marcação mercado de dívidas	(265)	5
Marcação mercado derivativos	2.685	(5)
Instrumentos financeiros derivativos	(14.805)	14.733
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(202)	(778)
Despesas Bancárias	(1.735)	(6.669)
Atualização de mútuos	(175)	(78)
Outras despesas financeiras	-	-
Total despesa financeira	(11.741)	(15.416)
Despesas financeiras líquidas	1.364	(6.950)

19. (PREJUÍZO) POR QUOTA

O (prejuízo) básico por quota no valor de R\$0,71 (R\$7,17 em 2024) foi calculado com base no resultado do exercício e a respectiva quantidade de quotas.

	2025	2024
(Prejuízo) líquido do exercício	(62.807)	(114.623)
Média ponderada das quotas/ml	143.518	15.995
(Prejuízo) básico por quota - R\$	(0,44)	(7,17)

20. COBERTURA DE SEGUROS

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que sejam civilmente responsáveis pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	2025	2024
Auto - Frota	23/10/2025	1.000/veículo	-	1	1
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	10.308	30	35	35
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	-	183	183
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	4	12	12
				34	231

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram definidos: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2025		2024	
	Ativo	Valor justo	Ativo	Valor justo
Ativo	Nível	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa		57.304	57.304	2.163
Clientes		221.571	221.571	156.968

>>>



ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
CNPJ nº 07.685.694/0001-97

dívidas bancárias da Empresa é de R\$128.946 (R\$87.788 em 2024), e R\$128.946 (R\$81.916 em 2024) estão representados em dólares, conforme nota explicativa nº 11. Em 2025 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2025	2024
Ativo circulante	2.675	31.009
Ativo não circulante	18.422	35.718
Passivo circulante	44.198	22.084
Passivo não circulante	29.266	23.201

A Empresa possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - BOCOM BBM	7.820	USD + 7,24%	CDI + 1,42%	27/05/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	9.195	USD + 5,56%	CDI + 1,15%	05/09/2028	Fair Value Option
Resolução 4131 - BOCOM BBM	6.421	USD + 5,10%	CDI + 0,60%	17/12/2026	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa, relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como "fair value option", vigentes em 2025 e 2024.

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para "Fair Value Option"	125.000	71.000	Moeda Estrangeira - USD	(128.990)	(81.937)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD	128.990	81.937
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(123.805)	(71.429)
Swap Cambial (Derivativo)	125.000	71.000	Posição Líquida Swap	5.185	10.508
			Posição Líquida Dívida + Swap	(123.805)	(71.429)

O valor justo dos derivativos efetuados em 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 11 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Empresa não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Empresa foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. **21.3. Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40 a Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário III		
			Cenário I (Provável) (1)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e Libor	(125.000)		(109.785)	(138.229)	(166.672)
Variação Dívida Swap de Juros			15.215	(13.229)	(41.672)
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	128.990		113.775	142.219	170.662
Variação - Taxa de Juros		Alta Câmbio	(15.215)	13.229	41.672
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(123.805)		(123.805)	(123.805)	(123.805)
Variação - CDI					
Subtotal	5.185		(10.030)	18.414	46.857
Total Líquido	(119.815)		(119.815)	(119.815)	(119.815)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do Dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de Dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar e euro spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento delas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$119.815 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros: Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário III		
			Cenário I (Provável) (1)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	75.618	Alta CDI	9.263	11.579	13.895
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(123.805)	Alta CDI	(15.166)	(18.958)	(22.749)
Subtotal (2)	(123.805)		(15.166)	(18.958)	(22.749)
Total - (Perdas)	(48.187)		(5.903)	(7.379)	(8.854)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025; (2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$5.141.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde: Os saldos registrados no passivo relacionado a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Prêmio/Gratificação	Aposentadoria	Plano de Saúde	Total	
				2025	2024
Circulante	2	8	10	8	5
Não circulante	1	2	3	3	3

22.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Empresa é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida. Neste modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1). A administração desse plano é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício patrocinado pela Empresa no exercício de 2025 é:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$436 (R\$380 em 2024), registrada na rubrica de

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. - Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectada as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das estações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

22.2 Prêmio aposentadoria: A Empresa em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS). O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio. A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Reconciliação	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	5	7
Custo do serviço corrente	3	4
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(6)	(6)
Posição líquida em 2025 e 2024	2	5
Circulante	1	4
Não circulante	1	1

Demonstração das despesas para os exercícios de 2026, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2026
Custo do serviço corrente	1
Custos dos juros	1
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2

22.3 Plano de saúde: A Empresa mantém benefício pós-emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade de pós-pagamento, onde as contribuições mensais da Empresa correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitada. A Empresa participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direito, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício de 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$531 (R\$717 em 2024). Inclui R\$1 (R\$3 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

	2025	2024
Valor presente das obrigações no início do ano	3	39
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1	2
Juros sobre obrigação atuarial	1	4
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	3	(42)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	8	3
Circulante	2	1
Não circulante	6	2

Demonstração das despesas para os exercícios de 2026, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2026
Custo do serviço corrente	1
Custos dos juros	1
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025	2024
BRADESCO		
UNIMED NACIONAL		
BRADESCO		

VARIÁVEIS ECONÔMICAS

	2025	2024
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,27%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,70%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	17,00%	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Mortalidade	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Entrada de Invalidez	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário
Método de Financiamento	Projetado	Projetado	Projetado

23. COMPROMISSOS

A Empresa possui os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

Vigência	Contrato de venda energia				
	2026	2027	2028	2029	Após 2030
2026 a 2039	1.147.798	625.908	440.998	292.213	1.306.115

A Empresa possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia para revenda, como segue:

Vigência	Contrato de compra energia				
	2026	2027	2028	2029	Após 2030
2026 a 2039	1.118.699	631.750	458.324	307.606	1.313.478

24. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2025
Atividades de financiamento	
Aumento de Capital	7.000
Aumento de Reserva de Capital	48.623

ADMINISTRAÇÃO

Maurício Perez Botelho - Administrador
Fernando Cezar Maia - Administrador
Camila Schoti - Administradora

CONTADOR

Rodolfo da Paixão Lima
CRC-RJ 107.310/O-0

